

DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO**Cultural diversity and information policy****Maria Teresa Miceli Kerbauy****Resumo**

As rupturas sociais que se instalaram nas sociedades modernas a partir dos anos 70 estão amplamente associadas a um novo contexto social designado sob distintas perspectivas teóricas: pós-modernidade, pós-industrial, modernidade tardia, modernidade reflexiva ou sociedade da informação e do conhecimento. Uma das marcas deste tempo de rupturas e de diferenças de pluralidade é a diversidade cultural. As velhas identidades que estabilizavam o mundo social entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades que fragmentaram o homem moderno. Esta apresentação tem como objetivo discutir a política de informação para a disseminação de uma diversidade criativa que respeite a dignidade humana.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Política de informação. Dignidade humana.

Abstract

The social ruptures in modern societies beginning in the 70s are widely associated to a new social context designated under different and theoretical perspectives: post-modernity, post-industrial, late modernity, reflexive modernity or information and knowledge society. One of the hallmarks of this time of ruptures and differences in plurality is cultural diversity. The old identities that stabilized the social world went into decline, giving rise to new identities that have shattered the modern man. This presentation aims to discuss information policy for the dissemination of creative diversity that respects human dignity.

Keywords: Cultural diversity. Information policy. Human dignity.

INTRODUÇÃO

As rupturas sociais que se instalaram nas sociedades modernas a partir dos anos 70 estão amplamente associadas a um contexto social designado sob distintas perspectivas teóricas: pós-modernidade, pós-industrial, modernidade tardia, modernidade reflexiva ou sociedade da informação e do conhecimento.

A crescente importância da informação e comunicação entre seres humanos e entre estes e as máquinas provocadas pelos avanços tecnológicos trouxeram inúmeros debates para a compreensão das mudanças que as sociedades contemporâneas sofreram. As reflexões sobre a sociedade pós-industrial (BELL, 1977), a sociedade pós-capitalista (DRUCKER, 1999); a sociedade em rede e informacional (CASTELLS, 1999); a sociedade da informação (WERTHEIM, 2000) e a era do conhecimento (LÉVY, 2003) traduzem estes debates.

No centro destas discussões está a idéia de que a ciência e a técnica, como forças produtivas destituíram o trabalho de sua capacidade de gerar valor, substituindo as atividades materiais do homem por atividades intelectuais e não mercantis.

Para os propósitos desta conferência interessa entender o sentido da expressão sociedade da informação no contexto desta polêmica.

A noção de sociedade da informação foi introduzida por Daniel Bell, em 1973, no seu livro *O advento da sociedade pós-industrial*. Para este autor estaríamos vivendo uma revolução técnico-científica, em que a ciência e a técnica se constituem em forças produtivas predominantes, a sociedade seria sustentada na informação e as ideologias seriam supérfluas.

A partir dos anos 90 a expressão *sociedade da informação*, no contexto do desenvolvimento da Internet e das tecnologias de informação e comunicação (TICs), é consagrada, nos fóruns de discussão internacional (Comunidade Européia e OCDE), nas Agências Internacionais (ONU, UNESCO, Banco Mundial) e organismos Multilaterais (OMC, FMI) e nos países desenvolvidos, culminando com a primeira Cúpula Mundial da Sociedade da Informação em 2003.

A obra de Castells (1999) ao analisar o papel da revolução tecnológica nas transformações do mundo contemporâneo introduz definitivamente o debate sobre a sociedade da informação no meio intelectual.

Para este autor, o conhecimento e a informação são elementos decisivos em todos os modos de desenvolvimento. Ao adotar termo *sociedade informacional* como mais apropriado que *sociedade da informação*, Castells (1999, p.186) destaca que

o termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social na qual a geração, o processamento e a transmissão de informação se convertem nas fontes fundamentais da produtividade e do poder por conta das novas condições tecnológicas surgidas neste período histórico.

Nesta perspectiva, a sociedade atual se caracterizaria por uma revolução tecnológica centrada no processamento da informação, na geração de conhecimento e nas tecnologias da informação e comunicação que alteraram substancialmente as condições destes processos.

Na visão de Castells (1999) “as novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas para se aplicar, mas processos para se desenvolver” nos quais os atores sociais têm um papel fundamental.

Na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação dois enfoques dividiram o entendimento sobre o que é a sociedade da informação.

De um lado, sociedade da informação é entendida como um novo paradigma de desenvolvimento, atribuindo à tecnologia um papel de causalidade no sistema social, constituindo-se assim num motor do desenvolvimento econômico. Em decorrência deste discurso, nos países em desenvolvimento a transição para a sociedade da informação é uma questão de tempo e de decisão política, inclusive para incluir, por meio de programas de acesso universal, os setores sociais afetados pelo abismo digital. Devido à centralidade da tecnologia neste modelo, a indústria de telecomunicações tem um papel fundamental neste desenvolvimento, e a indústria produtora de serviços e de conteúdos digitais passa a ter uma influência inédita, reforçando uma visão tecnocêntrica da sociedade.

De outro lado, ao refutar este argumento, a tecnologia aparece como o suporte que desencadeou um processo de desenvolvimento humano proporcionado pela informação, comunicação e conhecimento na economia e nas atividades humanas. A tecnologia não seria um fator neutro e nem o seu caminho está determinado, pois o desenvolvimento tecnológico seria orientado por jogos de interesse.

As políticas para o desenvolvimento da sociedade da informação, nesta perspectiva, devem oferecer aos atores sociais um papel fundamental no processo de decisão, que deverá levar em conta os direitos humanos e a justiça social, a diversidade e o direito à preservação das tradições, ressaltando a importância da cultura, das formas de organização social e da comunicação em detrimento de dados, canais de transmissão e espaços de armazenagem.

Mas de qual sociedade estamos falando?

Uma das marcas deste tempo de rupturas, de diferenças e de pluralidade é a diversidade cultural em que as antigas identidades que estabilizavam o mundo social entraram em declínio, fazendo surgir novas identidades que fragmentaram o homem moderno.

As identidades nacionais que garantiam uma identidade permanente e confortadora desaparecem e dão lugar a uma multiplicidade de identidades com as quais temporariamente podemos nos identificar. Apesar das identidades nacionais - direitos legais e de cidadania - permanecerem, as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importante.

Este aspecto é comentado por Hall (2006, p.9) ao mencionar que as sociedades modernas do final do século XX se transformaram, tendo em vista as mudanças estruturais que fragmentaram as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais.

Certas mudanças estão relacionadas com o processo de globalização, que ultrapassam os limites das fronteiras nacionais, “integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2006, p. 67).

A aceleração dos processos globais está intrinsecamente ligada à compreensão espaço-tempo que permitem às pessoas sentirem que o mundo é menor e

as distâncias mais curtas, e que os eventos acontecidos num lugar distante têm impacto imediato sobre pessoas e lugares.

A aceleração dos fluxos entre as nações produziu vários argumentos sobre as possíveis conseqüências para as identidades culturais, conforme explicitado por Hall (2006), a saber:

1) **As identidades nacionais estão sendo enfraquecidas pelas identificações globais** ou crescimento da homogeneização cultural que deslocam ou apagam as identidades relacionadas à cultura nacional. Neste aspecto Hall (2006, p.75) comenta que quanto mais a vida social se torna “mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicas e parecem flutuar livremente”

2) **As identidades nacionais e as identidades locais ou particularistas são reforçadas pela resistência à globalização**, se contrapondo, assim, à idéia da homogeneização cultural. As identidades nacionais e locais serão re-significadas pelo processo de globalização e pela forma como este processo tem sua distribuição desigual ao redor do globo, entre regiões e entre diferentes estratos da população.

3) **As identidades nacionais estão em declínio dando lugar a um novo tipo de identidade** decorrente de identidades culturais que não são fixas, denominada *culturas híbridas*. Estas culturas híbridas na visão de Hall (2006, p. 88) “estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado”.

Esta breve discussão nos permite, provisoriamente, concluir que a globalização tem o efeito de deslocar as identidades nacionais e produzir uma variedade de possibilidades de novas identidades, tornando-as mais plurais, menos fixas e unificadas.

Neste contexto, algumas identidades tentam “recuperar sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” enquanto que outras aceitam que as identidades “estão sujeitas ao plano da história, da

representação e da diferença e, assim, é improvável que elas sejam outras vez unitárias ou puras” (HALL, 2006, p. 87).

Diante da diversidade cultural e das multiplicidades de culturas que necessitam ser compreendidas e conservadas em suas diferentes manifestações indaga-se: como promover políticas de igualdade de oportunidades de inclusão que impliquem não apenas o acesso, mas também o domínio das TICs? E ainda: como modificar a visão padronizada da cultura de massas, reinventando e recriando novas formas de administração do conhecimento que leve em conta as singularidades de expressões e de produções criativas?

A *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*, adotada na Conferência Geral da UNESCO de outubro de 2005, e ratificada pelo Brasil em 2006, reafirma o direito soberano de os Estados conservarem suas expressões culturais, promover o respeito pela diversidade cultural e estimular intercâmbios culturais.

Conforme ressalta a UNESCO (2005), a evolução rápida das tecnologias da informação e da comunicação criam condições inéditas para que se intensifique a interação entre as culturas, constituindo-se também num desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos desequilíbrios entre países ricos e pobres.

Para esta Organização a diversidade cultural se refere à multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos e a sociedade. Estas expressões se transmitem dentro e entre os grupos e as sociedades. Nesta perspectiva, a diversidade cultural se manifestaria não apenas através das diversas formas de expressão, mas também enriquecendo e transmitindo o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade de expressões culturais, e dos distintos modos de criação artística, produção, difusão, distribuição e acesso das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias utilizados.

O documento normativo da *Convenção* enfatiza ainda que é preciso “fortalecer os cinco elos inseparáveis da mesma corrente: a criação, a produção, a distribuição/disseminação, o acesso e o usufruto das experiências culturais veiculados por atividades, bens e serviços culturais – em particular nos países em desenvolvimento”.

Existe um reconhecimento de que a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, a rica diversidade das expressões culturais, sejam elas do seu país ou de outros. No entanto, este potencial que as tecnologias da informação e comunicação podem proporcionar ainda não se tornou realidade completa no atual contexto global.

O texto da UNESCO aponta ainda para uma questão bastante polêmica que é a adoção do termo “proteção”, que significa a adoção de medidas direcionadas à preservação, salvaguarda e valorização cultural. Este termo ao ser usado em conjunto com o termo “promoção” implica o desejo de manter vivas expressões culturais ameaçadas pelo crescente ritmo de globalização e expressaria o chamado à contínua regeneração das expressões culturais, de modo a assegurar que elas não sejam apenas confinadas em museus, folclorizadas ou reificadas, mas que adquiram novos significados.

Neste sentido, as tecnologias da informação e da comunicação (TICs) têm um papel fundamental na contribuição de uma sociedade inclusiva que requer novas formas de solidariedade, parcerias e cooperação entre governo, sociedade civil e mercado, promovendo o respeito pela diversidade das expressões culturais e conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional.

No Brasil estão sendo realizadas várias iniciativas governamentais no sentido de implementar políticas para a promoção da sociedade da informação e da proteção da diversidade cultural: Informação para todos, Biblioteca Verde, Cidades Digitais, Telecentros, Governo Eletrônico, Biblioteca Digital, Inclusão Digital, Cidade Educadora.

No entanto, estas políticas terão que acompanhar as mudanças na transmissão da tecnologia analógica para a digital que implicam na passagem da simples difusão para a interatividade, do aprendizado transmitido, para o aprendizado interativo.

Estas mudanças passam ainda pela convergência das mídias: internet na TV, vídeo no celular, rádio na internet, pela instantaneidade, democratização dos acessos através da internet e dos softwares livres.

Fruto da riqueza e da diversidade cultural, comunicacional e educacional, a tecnologia digital faz minar nossa visão de padronização, de igualdade, reinventando e

recriando novas formas de produção, distribuição e administração da informação e do conhecimento e criando novas identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura digital cria novas possibilidades de políticas para a diversidade, ao incorporar as singularidades de expressões e de produções criativas, ampliando as formas de participação da sociedade, estimulando a produção de ambientes agregadores da diversidade da cultura, que poderão ser criados e administrados pelos próprios usuários.

A digitalização é a expressão completa da sociedade em rede de Castells (1999), em que as redes de interação viabilizadas pela construção de tecnologias microeletrônicas Este novo cenário estimula e amplia novas formas de expressão cultural de compartilhamento, de comunicação, criando redes sociais que promovem novas identidades, solidariedade e novas formas de cooperação e interação, produzindo um efeito democratizante e de fortalecimento da cidadania.

No entanto, diante das novas potencialidades de criação de redes com a disseminação das TICs, deve-se levar em conta que numa sociedade cada vez mais complexa e diversificada, não se deve subestimar a possibilidade de aumento da segregação e da exclusão bem como dos conflitos de intolerância.

Em um Estado organizado em redes, composto de um complexo web de instituições internacionais, multinacionais, nacionais, regionais, locais e não governamentais, o papel do Estado é importante, ao preparar os cidadãos para as novas práticas de coordenação e de tomada de decisão.

Além disto, numa sociedade em rede não há espaço para a passividade “ou faz-se parte da rede e habilita-se a explorar as oportunidades que as novas tecnologias e as redes sociais oferecem, ou se está condenado a ficar à margem dos processos sociais e políticos” (FREY, 2003, p. 14).

As redes sociais neste contexto desempenhariam um papel importante no sentido de estimular a inovação social, mediar conflitos sociais e garantir a manutenção e ampliação da diversidade cultural.

A disseminação de redes sociais em países onde as desigualdades de oportunidade são enormes contribuiria para uma maior sustentabilidade das políticas públicas de informação, de proteção e de promoção da diversidade cultural. Neste aspecto, ao ter acesso às trocas culturais e informacionais, é relevante o papel dos atores sociais, pois alargam as múltiplas identidades propiciadas pelos processos criativos oriundos das diferentes formas de se apropriar das tecnologias de informação e comunicação.

É hora de aprender a reinventar as relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- FREY, Klaus. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, Nov. de 2003, p. 1-18.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: PD&A, 2006.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- UNESCO. **Convenção sobre a promoção e proteção da diversidade das expressões culturais, 2005**. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Disponível em www.brasilia.unesco.org/.../convendivercultural.pdf . Acesso em: 17 jun. 2009.
- WERTHEIM, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/agosto 2000.



RBBB

ARTIGO

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Doutora em Ciência Política (Unesp)

kerbauy@travelnet.com.br